

O CULTIVO DA RAZÃO DIVERSA

Marilina Conceição O. Bessa Sena PINTO¹

“Aqueles ali eram, com efeito, os amigos bondosos, se ajudando uns aos outros com sinceridade nos obséquios e arriscadas garantias, mesmo não refugando a sacrifícios para socorros. Mas, no fato, por alguma ordem política, de se dar fogo contra o desamparo de um arraial, de outra gente, gente como nós, com madrinhas e mães -- eles achavam questão natural, que podiam ir salientemente cumprir por obediência saudável e regra de se espreguiçar bem. O horror que me deu - o senhor me entende? Eu tinha medo do homem humano”. (Gumarães Rosa. Grande Sertão: Veredas).

Resumo: O texto discute o problema da diversidade cultural e da intolerância como resultado da falsa antinomia entre identidade e diferença. Propõe ainda um diálogo entre o pensamento científico e outras formas de cognição, como um exercício de religação dos saberes.

Palavras-chave: diversidade cultural; intolerância; ciência; mito

A mudança nos paradigmas que sustentavam a cosmovisão do chamado mundo ocidental, que teve início por volta do século XVI e cuja ressonância ainda podemos sentir em pleno século XXI, criou novos campos de

¹ Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas. Mestrado em Filosofia do Conhecimento pela Universidade do Porto/Portugal. Doutoranda em Antropologia Social pela PUC/SP.

inteligibilidade, em função das descobertas que, na época, marcaram, sobretudo, a civilização européia. Dentre os fatos que provocaram mudanças profundas, podemos citar o movimento das grandes navegações, cuja consequência imediata foi colocar o problema da alteridade.

Desta forma, a modernidade histórica foi inaugurada, trazendo em si questões paradoxais. Se por um lado a descoberta de novos continentes esboçava o projeto de um futuro promissor com a exploração da natureza abundante, que ora se apresentava, por outro lado, a cultura do outro, descoberta a partir do contato com outras formas de coletividade foi igualmente um fato impactante e perturbador. A dicotomia construída a partir dos conceitos de natureza e cultura, e que vêm sendo trabalhada pela ciência, foi colocada na pauta das discussões que nortearam as mudanças ocorridas na dinâmica da nova ordem mundial.

O mundo sofreu uma alteração profunda depois de ter constatado que novas formas de pensar e interagir com o ambiente foram anunciadas no horizonte da história. A teleologia que marcava os passos dos homens dentro de um universo ordenado por princípios eternos e metafísicos foi substituída pela instabilidade e a incerteza que invadiram o imaginário da civilização européia sem, no entanto, abalar a sua auto - imagem construída sob os alicerces de uma pretensa superioridade.

A discussão acerca do problema da diversidade cultural encontra-se na ordem das prioridades mundiais, pelo fato de ser uma questão, sobretudo, política, e as relações políticas são relações que pressupõem uma identificação com a alteridade. Essa é a primeira condição para o estabelecimento de um pacto. Pacto que é conveniente até o momento que atende aos interesses das partes envolvidas. A explicação para o fato que leva os homens a estabelecerem relações amistosas entre si pode estar situada no desejo de posse daquilo que carecemos. A incompletude é ainda uma das marcas do humano.

Começamos o século XXI com um acontecimento que abalou a já fragilizada ordem mundial. Todos os lugares interligados pela mídia planetária não passaram incólumes àquelas imagens do acontecimento ocorrido no dia 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América. O desabamento do complexo arquitetônico do World Trade Center inaugurou uma nova etapa nas relações políticas e, de alguma forma, redesenhou com maior nitidez a geografia do poder bélico mundial. Os Estados Unidos, além de toda sua força econômica dominante, mostrou o exercício da hegemonia guerreira no ataque ao Afeganistão, cinicamente chamado de ofensiva armada contra o terrorismo. A lógica que domina a política norte-americana se tornou ostensivamente uma lógica militar, disposta a destruir pela força tudo o que lhe resiste.

Nesta lógica de guerra, não há lugar para os neutros e para os mediadores, a grave crise econômica e a fragilidade das posições político-ideológicas reduziram os outros países a um silêncio de forma consentida. O assustador, neste espetáculo de horrores, é pensarmos naquilo que se encontra por trás desse silêncio. Não se trata aqui da definição de uma postura ética ingênua que sempre polarizou a luta do bem contra o mal e, lamentavelmente, ainda domina o paradigma do pensamento ocidental. Mas se é que ainda nos resta algum motivo para nos inquietarmos com aquilo que o homem é capaz de fazer, porque ficarmos cegos em relação ao sofrimento do outro, e consentirmos com a violência produzida pelo desvario de poderosos? A brutalidade do 11 de setembro funcionou como um alerta máximo contra a intolerância. A estratégia-surpresa pensada pelos autores do atentado foi o fato de terem engendrado algo pavoroso que envolveu o sacrifício de milhares de vítimas, cuja fonte de inspiração para a execução da trama não é difícil imaginarmos de onde surgiu.

A humanidade está caminhando na conquista de estímulos, confortos, saberes e explicações que nos separam de algumas experiências rudimentares. No entanto, a perplexidade e a inquietação permanecem: todos esses

acontecimentos nos remetem ao questionamento de temas que insistem em acompanhar o homem nesta caminhada. Perguntamos: o que detona tamanha violência? Como explicar essa predisposição para a crueldade?

A crueldade, de uma forma mais complexa, não envolve apenas o derramamento de sangue. Ela é sinônimo de impiedade, intransigência, insensibilidade. O inexorável que compõe um dos sentidos do vocábulo faz parte da prática humana. O hábito é a marca da maldade. Fazemos da vida um hábito que nos impele à compulsão e à repetição. Fomos programados para dar respostas sempre ao mesmo; o embaraço criado diante do diverso é sempre um obstáculo que fere de morte o círculo vicioso criado pelo hábito, e que acaba por fazer do mal, uma banalidade. O hábito fossiliza aquilo que cresceu e se multiplicou, ou seja, estamos falando aqui, daquilo que vem sendo chamado de cultura, enquanto categoria produzida pelas ciências humanas.

Retomando ao século XVI, e ao cenário das transformações ocorridas na Europa, foi a partir daí que começou a esboçar-se um movimento básico de encontro com o outro. Momento marcante a exigir que se começasse a pensar a diferença e as formas pelas quais a alteridade passou a ser formulada. No século XX, quando a Antropologia supera os esquemas simplificadores do Evolucionismo e amplia seu campo de estudos sobre essa questão da diversidade cultural através do Relativismo, a sociedade nesse processo começa a pensar-se.

O Relativismo cultural complexificou ainda mais o estudo das culturas humanas, ao perceber a importância da observação de certos aspectos particulares de cada coletividade, enfatizando os processos de mudança, de troca e empréstimo cultural.

2 Cultura e Estranhamento

Mas afinal, em que consiste esse fenômeno denominado de cultura?

Ela se impõe, de fato, como condição exclusiva do humano? Se pensarmos a cultura metaforicamente como uma teia de ramificações que englobam todo o fazer humano, a existência, os saberes, a arte, a religião, moral, etc. poderemos nos desviar de um erro que vem sendo cometido propositadamente pelas instituições reprodutoras do conhecimento e da informação, que é a prática da exclusão do outro. As elites pensantes sempre enfatizaram a idéia de que a cultura seria produzida especialmente num nível mais erudito. O erro cometido impediu que a cultura fosse vista como um sistema totalizante. O homem não se dissocia da cultura, qualquer código sistêmico empobrece o objeto de qualquer estudo que tenha a pretensão de desvendar o que é o homem nas suas manifestações criativas. O problema da diversidade é também um problema filosófico.

O questionamento clássico feito pela filosofia e que foi depois legitimado pela antropologia é o seguinte: por que as culturas variam tanto, e quais são os sentidos de todas essas variações? A resposta a essas perguntas contribui no combate a preconceitos oferecendo uma base para o respeito e a dignidade nas relações humanas. A história sempre foi marcada pelos contatos e conflitos entre os diferentes modos de organizar a vida social. O aceleramento desses contatos é recente, e os grupos isolados vão desaparecendo com a tendência à formação de uma civilização cada vez mais globalizada.

Há vários marcadores que pautam o estudo da diversidade das culturas. Um deles diz respeito à dinâmica desse processo. As sociedades não devem ser concebidas de maneira estática, porque nenhuma delas vive uma situação de isolamento completo, "as culturas comunicam entre si". A diversidade é um fenômeno natural resultante das relações entre as sociedades, e, no entanto, essas diferenças sempre causaram um certo estranhamento do qual há por parte dos meios produtores do conhecimento uma preocupação displicente em refutá-lo.

Esse estranhamento é o ponto de partida para a intolerância, e esta, por mais que seja uma postura ingênua, e que tenha sido superada pelas teorias

modernas da cultura, encontra-se profundamente enraizada nos homens, atitude que tende a rejeitar o outro para fora da noção de humanidade. A própria noção de humanidade, sem distinção de raças, é uma noção nova, e está longe de ser aceita pela maioria do senso comum. A humanidade acaba sempre nos limites estreitos da tolerância de cada um. O fato pode ser ilustrado nas autodenominações utilizadas em várias coletividades que são: os homens, os bons, os excelentes, os perfeitos, implicando assim, que os outros grupos não participem das virtudes ou mesmo da natureza humana.

Uma grande ilusão inventada no mundo moderno foi a necessidade de se proclamar uma igualdade natural entre todos os homens que deveriam unir-se em laços fraternos: a religião e a filosofia fracassaram nessa tarefa. Essa perspectiva humanista serviu para consolidar a oposição entre natureza e cultura. O conceito de humanidade passou a ser um operador eficaz, que se por um lado foi instrumento de combate contra o etnocentrismo, por outro, diluiu as variações, que constituem a diversidade cultural. O fracasso deveu-se ao negligenciamento das diferenças. A declaração dos direitos do homem esqueceu que o homem não realiza sua natureza numa humanidade abstrata, mas, nas coletividades que são o local de produção das culturas.

Cada coletividade produz a sua cultura em particular, o que referenda o humano é a própria variação cultural. A variação pertence ao mundo da natureza e ao mundo da cultura, sua compreensão tem sido um desafio inquietante. A coletividade é arbitrária porque cria hábitos que podem ser estendidos até o sentido mais lato do termo, como por exemplo, os hábitos biológicos: daí ser também o corpo, o lócus da cultura. A cultura compreende assim, o conjunto dos hábitos e dos costumes de um determinado grupo social, o pertencimento a uma comunidade é o sentimento que preserva a autonomia do grupo, e instaura uma dimensão de sentido, que é o seu ser-no-mundo.

Tolerância versus intolerância, espaços lingüísticos distintos, o problema religioso, os poderes hegemônicos e constituídos. Todos esses fatores nos levam a pensar na questão dos valores universais. Seriam eles de fato os norteadores da possibilidade de uma convivência, mesmo árida, entre os povos? Operadores universais são operadores estruturantes, o fenômeno da cultura é sempre universal, portanto, a antinomia entre o peculiar e o universal é falsa, não há essência alguma a ser descoberta, esse foi durante muito tempo o corolário da prática etnográfica. Os críticos da etnologia afirmam que sua prática corrobora com o discurso colonial porque trabalha com um princípio epistêmico de que existiria um etno-pensamento. A cultura ao mesmo tempo em que é um fenômeno universal, é também a expressão de um si-próprio qualquer. Os traços mais autênticos de uma cultura são os que se prestam a serem mais universalizáveis. Aquilo que tem força pode ser universalizado.

Na análise dos processos culturais devem ser levados em conta alguns referenciais ontológicos. Quem somos? Cultura e identidade são a mesma coisa. O sentimento de pertencimento não é uma identidade ele é um vínculo que cada coletividade estabelece e que perdura, os vínculos de pertencimento são construídos. Quais são os limites de uma coletividade? É necessário proceder na direção da desconstrução do conceito de identidade, ou seja, a um processo de transculturação. A aculturação implica em adquirir uma nova cultura e precede a transculturação. O próprio é o que nos singulariza frente às outras culturas, são traços que são compartilhados ou não com uma outra cultura, a peculiaridade é algo contestável. Qual seria o ethos de um povo? Não é possível encontrá-lo porque ele não existe. O conceito de identidade não é operativo é precisa ser problematizado por isso cada vez mais cresce a exigência da construção de uma ética.

3 O Mito da Razão

A tradição iluminista do pensamento político ocidental enfatiza o Estado como a matriz racional e progressista da organização social. O Estado seria o veículo de uma única nação sem o elemento complicador de divisões étnicas. Nessa perspectiva, a questão étnica minaria o Estado-nação por ser uma questão sectária e excludente. A questão étnica estaria destinada a desaparecer, sobrepujada pela modernização. Essas teorias ocidentais não conseguiram prever o futuro, ao contrário, a globalização da economia mundial expressa sentimentos agudos de nacionalismo e intensifica os conflitos étnicos. O fracasso dessas teorias étnicas tradicionais fez o mundo acordar para o fato de que não é possível ignorar ou negar a questão étnica, até mesmo porque ela é extremamente difícil de ser suprimida. O desenvolvimento da teoria sobre estados multiétnicos constituiu um passo necessário para uma mudança de pensamento do público em geral do ocidente. O fracasso da esquerda nas eleições de alguns países da Europa coloca em evidência a dificuldade em lidarmos com todos os perigos da sociedade de riscos em que vivemos.

Os indivíduos, além de estarem negociando com as normas sociais, avaliando se é vantajoso ou não segui-las, enfrentam também a questão de sua própria identidade individual, civil, política e assim por diante. Houve um desequilíbrio promovido pelo conflito entre ricos e pobres, quer seja entre grupos ou nações, que acabou promovendo toda sorte de micro-violências no nível dos relacionamentos interpessoais.

Toda essa violência organizada deriva da aposta escatológica no progresso da razão. No texto denominado "Razão e Cultura", de Gelner é discutido o papel histórico da racionalidade e do racionalismo. O problema da diversidade cultural está relacionado com o Relativismo, que implica a idéia de uma racionalidade. A questão da racionalidade só pode ser resolvida no plano

da ética, enquanto um conjunto de regras que são compartilhadas por uma coletividade.

A análise da diversidade cultural é um problema posto pelo mundo de hoje, que pensa a questão da anti-homogeneização. A cultura é plástica e maleável, daí a dificuldade de ser definida. O que é a cultura? São muitas coisas, o fenômeno social se oferece como um campo a ser analisado e interpretado, as categorias analíticas estão todas em discussão, as teorias podem ser retomadas, e os conceitos podem ser recriados. A razão é um modo de pensar próprio do mundo ocidental, na história do pensamento ocidental foi o filósofo René Descartes, o responsável pela sistematização do método racional. A oposição entre razão e cultura corresponde à oposição entre a razão e o costume, que é um hábito compartilhado coletivamente. Descartes foi um crítico da cultura porque a considerava um erro sistemático: o racionalismo cartesiano é individualista: a dúvida é um ato individual, daí o pensamento cartesiano não ser capaz de lidar com a cultura, as brechas, o costume. Cada costume prevê um plano para os indivíduos. A construção do Estado-nação foi planejada, o homem ocidental vê a cultura como uma ilustração, no sentido de que ela é algo de refinado. A autocriação cognitiva é burguesa. O autor conclui o texto demonstrando que a oposição entre razão e cultura não existe, procura mostrar também o confronto entre autoridade e tradição: neste confronto a ciência passa a desempenhar o papel de autoridade.

O racionalismo sistematizado no ocidente, ao adotar o rigor e a construção de um método na busca da verdade, inviabilizou todas as outras formas de percepção da realidade que não correspondessem às exigências dos cânones instituídos, a cultura enquanto um conjunto de idéias produzidas dentro de um contexto restrito a tempo e espaço específicos, todo aquele conjunto de saberes acumulados através de uma gama de experiências, foi reduzido ao plano do inverossímil. No caso do costume os requisitos cognitivos que não se

enquadravam ao método racionalista foram invalidados. Quem será o verdadeiro árbitro da nossa capacidade de perceber o mundo? A razão ou a experiência? Essa antinomia que foi objeto de inúmeras polêmicas no campo da filosofia, da psicologia e outras áreas do saber, foi e continua sendo a origem de teorias equivocadas e preconceituosas.

Aqui cabe uma crítica à cultura ocidental que elegeu a razão como um ícone a ser cultuado e apostou na revolução tecnológica como solução de tudo o que se constituía como entrave para o homem. A cultura científica que gerou a hiperespecialização conseguiu silenciar experiências mais totalizantes. O mito do ocidente é o mito do progresso, sonho do controle total e esquecimento das condições que nos fazem humano. “Uma sociedade que reconhece e impõe uma Fonte de Autoridade, seja ele uma Pessoa, um Texto, um Evento ou uma Instituição é muitíssimo diferente de uma sociedade que reconhece apenas uma faculdade, seja ela qual for, localizada, em princípio, em todos os homens.”

Poderíamos questionar se a intuição e a afetividade que se aplicam muito mais às experiências estéticas não teriam também validade na asserção dos nossos requisitos cognitivos? Dentro do projeto kantiano do conhecimento somente a razão serviria como reguladora das duas “críticas”. Num mundo regido pela justa medida, não haveria espaço para o acidental, o contingente e a variação.

Uma das maiores aspirações do racionalismo é a autonomia do sujeito, enquanto ser que se pensa e pensa o mundo, sem estar na dependência de nenhuma herança cultural. No entanto, sabemos que essa empresa é impossível. O racionalismo não conseguiu transcender a cultura como havia pretendido, mas criou e codificou uma cultura distinta de grande força cognitiva. Instaurar uma cultura racional implicou a formulação de uma epistemologia exclusivista pautada sobre a crença na posse da verdade: em nome dessa verdade foram cometidas toda sorte de dominações, guerras, exploração, rebaixamentos e desqualificação do outro. A filosofia racionalista assentou as bases do progresso

tecnológico, do qual somos hoje testemunhos. a natureza nessa forma de enquadramento seria perfeitamente cognoscível e obviamente dominada. No entanto, a simetria das paixões humanas é um desafio permanente para aqueles que se esforçam por conduzir a vida racionalmente ignorando que o homem é possuído também por impulsos íntimos e inconscientes. A vida psíquica, tanto a nível coletivo como individual, é um campo novo a ser explorado. Há aspectos inconscientes na nossa percepção da realidade que não podemos ignorar, sob pena de sermos vítimas permanentes da dissociação e da confusão psicológica, que geraram a enorme coleção de neuroses que fazem parte da vida moderna.

4 Construindo uma Nova Epistemologia

Aquilo que chamamos consciência civilizada não tem cessado de afastar-se dos nossos instintos básicos, mas nem por isso os instintos desapareceram, eles perderam contato com a consciência, sendo obrigados a afirmarem-se de maneira indireta. O fato da espécie humana não ser dotada de pré-programação genética fez surgir a necessidade da normatização de regras e comportamentos a fim de equilibrar a grande plasticidade e variação da presença humana no planeta terra. A polifuncionalidade da cultura é o que tornou possível a diversidade, ou seja, a maneira criativa de lidar com a razão, onde cada coletividade possui a sua forma própria.

A outra face da moeda mostrou que a razão é impotente para garantir seu domínio sobre toda a realidade, há forças que controlam e dirigem o homem, forças complexas e que ainda estão longe de serem compreendidas ou dominadas pelo humano. "A impotência do raciocínio é o inverso da capacidade tecnológica". A fragilidade da edificação racional serviu didaticamente a nos ensinar que não podemos ser vítimas de um modelo de identidade baseada no sentimento de confiança, que faz da razão, um lugar seguro. A instabilidade, a incerteza, as

mudanças a que estamos sujeitos, mostram que um novo estilo de pensamento começa a se delinear.

Neste período da história humana, em que toda a energia disponível é dedicada ao estudo e à investigação da natureza, damos pouca atenção à psique humana, enquanto multiplicam-se as pesquisas sobre as suas funções conscientes. No entanto, as regiões verdadeiramente complexas e desconhecidas da mente, onde são produzidos os símbolos, ainda continuam virtualmente inexploradas.

Há ainda, um enorme preconceito em relação a essa dimensão inconsciente do homem, postura que desqualifica um outro tipo de conhecimento mais intuitivo e emotivo, mas que não deixa de ser um elemento importante da estrutura mental humana e também força vital na edificação da sociedade. Imaginação e intuição são auxiliares indispensáveis ao nosso entendimento. Apesar da opinião do senso comum afirmar que são requisitos valiosos, sobretudo, para poetas e artistas, a verdade é que são igualmente vitais em todos os altos escalões da ciência, exercem neste campo um papel de suplemento da inteligência racional na sua aplicação a problemas específicos.

Precisamos começar a perceber que até mesmo as teorias científicas são vulneráveis, na medida em que também não passam de um esforço mental para explicar os fatos, ou seja, são também construções sujeitas à falhas e defeitos. Por outro lado, é imperioso darmos mais atenção aos símbolos que são elementos que conferem significado à nossa existência. A capacidade de simbolizar é a matriz de todas as atividades humanas reunidas naquele conjunto denominado de cultura. Quando nos esforçamos para compreender os símbolos, confrontamos com a totalidade do indivíduo que o produziu. Nessa totalidade inclui-se um estudo do seu universo cultural, processo em que se acaba por preencher muitas das lacunas da nossa própria educação. Estamos à mercê do nosso submundo psíquico, tanto individual como coletivamente porque fomos afetados em nossa

capacidade de reagir a idéias e símbolos numinosos. Nada é mais sagrado e nem misterioso nesse mundo regido pela razão. A esquizofrenia da época em que vivemos, demonstrou o que acontece quando se abrem as portas deste mundo subterrâneo: a brutalidade das guerras e holocaustos tornaram-se um ingrediente comum nas telas do nosso entretenimento cotidiano.

Os símbolos estão presentes nos mitos: estes compreendem um conjunto de narrativas que foram acumuladas ao longo da história da civilização humana. Estas narrativas foram sendo trabalhadas e reelaboradas nos mais diversos contextos culturais e constituem uma ponte entre a maneira como transmitimos conscientemente os nossos pensamentos, e uma forma de expressão mais primitiva, mais colorida e pictórica. Essas associações são o elo entre o mundo racional da consciência e o mundo dos instintos. A linguagem e as idéias do homem moderno deixaram de causar uma impressão profunda, e acabaram perdendo a sua eficácia simbólica. Na verdade, o símbolo não era pensado, mas vivido.

As idéias são uma descoberta tardia do homem. Primeiro, ele foi levado por fatores inconscientes a agir; e somente depois é que começou a refletir sobre as causas que motivaram a sua ação. Compreender como funcionam estruturas representativas do psiquismo humano é um caminho que pode nos levar ao entendimento socializado dos nossos problemas individuais, numa escala dimensionada cosmicamente. Uma abordagem crítica sobre o mito aponta para a necessidade de conservação dessa matriz do pensamento como vital para a manutenção das raízes culturais de qualquer povo.

A teoria simbolista desenvolvida por alguns estudiosos da cultura, considera o mito como um tipo de linguagem coletiva, rica e emotiva, que exprime o que não pode ser expresso diretamente na linguagem corrente. O mito é forma que cria significado, apoiando-se sobre uma força positiva, que é a da configuração e da imaginação, em vez de ser uma deficiência do espírito como fora pensado

equivocadamente. O imaginário deve ser valorizado como um conjunto de imagens que constituem o grande denominador fundamental em que se agrupam todos os procedimentos do pensamento humano.

O mito enquanto extrato cultural é um vetor possível entre os vários existentes para o entendimento de qualquer coletividade onde ele se apresenta porque forma uma estrutura de sentido, na medida em que se traduz o referencial simbólico, situa nosso ser no mundo. No campo epistemológico, as relações de identidade e de diferença mostram o mito como uma forma de alteridade ao pensamento científico. Enquanto o primeiro é conjuntivo, propõe a reunião das partes ocultas ou perdidas para que haja uma harmonização do todo; o segundo é disjuntivo, opera com a separação das partes e a especialização do conhecimento. O pensamento mítico vai à contra-mão da ciência, daí haver uma postura preconceituosa quanto à tentativa de um aprofundamento maior em seus domínios.

Na ordem das idéias, o símbolo é um elemento de ligação pleno de intervenção e de analogia. Une o que é contraditório e reduz as oposições. Não podemos comunicar e nem compreender nada sem a sua participação. A oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual é artificial: os modos de pensar são diversos, mas são igualmente artesanais. Entre a coisa e a idéia o símbolo tece um simulacro, ressuscita um tempo apagado ou desaparecido. O homem encontra-se limitado ao mundo que a sua cultura explora e lhe permite nomear. Os próprios símbolos têm, portanto, os seus limites. Mas antes de serem fixadas, estas imagens mentais são o nosso guia interior, a própria matéria da nossa vida. A normalização desse código que são os mitos, ritos e símbolos é o que define uma civilização.

Seria interessante que as diferenças pudessem dialogar, ciência e mito devem estabelecer uma relação de afinidade. O paradigma do ocidente que é a ambivalência de valores e de conceitos deve ser superada, há várias

leituras possíveis do mundo em que vivemos, e é chegado o momento de entrecruzarmos todas essas cosmovisões, para que daí possa emergir uma perspectiva de cooperação entre as culturas. Não se trata aqui de acreditarmos de forma ingênua nas promessas do projeto filosófico do Iluminismo Ocidental, pois basta citar alguns acontecimentos deste final de século para mostrar que o racionalismo não foi capaz de estender seus benefícios a toda humanidade. O que a história tem provado é que a intolerância se encontra em todos os povos, em todas as sociedades, em todos os sistemas, porque ela preexiste no homem. Ontologicamente, tendemos a não conferir existência plena àquele que não corresponde às nossas expectativas. A intolerância é a ausência de linguagem, ou melhor, de diálogo que leva inevitavelmente à humilhação do outro e, portanto, à negação do homem e de suas possibilidades de realização.

A abertura para o diálogo com vetores epistemológicos novos e inauditos talvez pudesse atenuar os abismos cavados entre os homens, as sociedades, as culturas que no momento coexistem no planeta terra. Quanto à intolerância quase não há nada a fazer, mas quanto à tolerância podemos eleger um projeto pedagógico onde ela esteja incluída. Como diria Umberto Eco: “Aprendemos a tolerância pouco a pouco, como aprendemos a controlar o esfíncter. Infelizmente, se conseguimos controlar bastante bem o nosso próprio corpo, a tolerância exige a permanente educação dos adultos”.

O problema da alteridade que passou a fazer parte da história do ocidente de uma forma mais explícita a partir do século XVI poderá ser minimizado de acordo com a mudança de algumas posturas arrogantes que fazem parte do discurso científico, pelo menos no que diz respeito ao campo do conhecimento. Uma das funções das novas bases epistemológicas que estão surgindo é o empenho em desfazer preconceitos, como é o caso, por exemplo, do estudo das formas simbólicas, antes raramente visitadas por apenas alguns curiosos. Essas formas curiosas de manifestação de um certo tipo de conhecimento, não

são de modo algum uma forma atenuada de intelectualidade. A vida, principalmente, é a fonte mais fecunda destes procedimentos, e a sua mais antiga utilizadora. Devemos nos manifestar contra a pretensão, que faz com que a construção do saber seja uma via de mão única. O impulso, que tende a homogeneizar a cultura planetária, desembarcou em nosso continente como um dos inúmeros ícones do colonialismo europeu: desconstruir essa tendência, aprender a dialogar com a diversidade e dela poder extrair todas as lições a serem ensinadas é a grande provocação deste início de século.

A propósito, este ano fiz uma visita à Reserva Florestal Adolpho Ducke, que é um espaço de estudos e pesquisas de um importante centro de referências na Amazônia. Conversava com uma doutoranda da área de Botânica que estava aguardando o mateiro: ela havia ido à floresta buscar uma espécie de planta importante para compor o estudo de tese da minha interlocutora (o local onde estava a planta, ficava a 15 quilômetros de distância do centro onde nós estávamos). Indaguei se o nome daquelas pessoas encabuladas e sempre prontas a colaborar com a ciência, não constava, como praxe, da finalização dos trabalhos. Ela me respondeu com muita naturalidade que não.

PINTO, Marilina Conceição O. Bessa Sena. The cultivation of the diverse reason. **Aveso do Aveso**: Revista Educação e Cultura, Araçatuba, v.3, n.3, p. 7 - 23, jun. 2005.

Abstract: The text discusses the issue of the cultural diversity and intolerance as a result of the false antinomy between identity and difference. It proposes a dialogue between scientific thought and other forms of cognition as an exercise of relinking knowledge.

Key words: cultural diversity; intolerance; science; myth.

Referências Bibliográficas

- BENOIST, Luc. **Signos, Símbolos e Mitos**. Tradução Paula Taipas. Lisboa: Edições 70, 1999.
- CAMPS, Victória. **El derecho a la diferencia**. In: Ética y diversidad cultural. Leon Olivé (org.). México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- CARVALHO, Edgard. **Infernos da Diferença**. In: Revista Margem - Faculdade de Ciências Sociais ds PUC/SP n 11. São Paulo: Educ/Fapesp, 1992.
- COSTA, Jurandir. **O último Dom da vida**. Folha de São Paulo. São Paulo, 28 de abril de 2002. Suplemento MAIS, seção + cinema, p. 03.
- ECO, Umberto. **Definições Léxicas**. In: A Intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância. Unesco 27 de março de 1997. La Sorbonne, 28 de março de 1997/ Academia Universal das Culturas: publicação Françoise Ducrocq; tradução Eloá Jacobina - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- GELLNER, Ernest. **Razão e Cultura. Papel Histórico da Racionalidade e do Racionalismo** Tradução Telma Costa. Teorema.
- JUNG, Carl. **O Homem e seus Símbolos**. Tradução: Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- LEWIS, David. **Convivendo com a questão étnica: a necessidade de um novo paradigma**. In: As dimensões culturais da transformação global. Org. Lourdes Arizpe. Brasília: UNESCO, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Tradução Inácio Canelas. Lisboa: Presença, 1996.
- TOURAINÉ, Alan. **Da dominação econômica à política guerreira**. Folha de São Paulo. São Paulo, 05 de maio de 2002. Suplemento MAIS, seção + autores, p. 03.
- ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. In: Ficção Completa. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A. 1995, p. 10 a 385.